

RECURSO ESPECIAL Nº 1.416.806 - AL (2013/0370596-7)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADVOGADOS : JOÃO ALBERTO ROSNER NASCIMENTO - AL005891
DANIELA LEMOS NEUENSCHWANDER E OUTRO(S) - PE019837
RECORRIDO : RAIMUNDO NONATO DE OLIVEIRA SINIMBU E OUTRO
ADVOGADO : ANTHONY FERNANDES OLIVEIRA LIMA E OUTRO(S) - AL004320
INTERES. : CAIXA SEGURADORA S/A
ADVOGADO : JORCELINO MENDES DA SILVA E OUTRO(S) - AL001526

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por CAIXA ECONÔMICA FEDERAL contra acórdão exarado pelo eg. Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF 5ª Região).

Cuidam os autos, na origem, de "*ação ordinária de revisão contratual c/c repetição de indébito com pedido de antecipação de tutela*" proposta por RAIMUNDO NONATO DE OLIVEIRA SINIMBU contra CAIXA ECONÔMICA FEDERAL e SASSE - Companhia Brasileira de Seguros Gerais.

O il. Magistrado julgou parcialmente procedente o pedido (sentença às fls. 751/760).

Diante disso, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL interpôs apelação, a qual foi em parte conhecida e, nessa extensão, desprovida pelo eg. TRF 5ª Região, nos termos do v. acórdão, assim ementado (fls. 881/883):

"DIREITO CIVIL E ADMINISTRATIVO. SFH. REVISÃO DE CONTRATO.

EXPURGO DO CES. APLICAÇÃO DO DECRETO 63.182/68. SISTEMA DE AMORTIZAÇÃO FRANCÊS (TABELA PRICE). LEGALIDADE. MANUTENÇÃO. AMORTIZAÇÃO NEGATIVA. COMPROVAÇÃO. ANATOCISMO. EXPURGO. INDÉBITO. DÍVIDA VENCIDA. COMPENSAÇÃO. REVISÃO DE PRESTAÇÃO E SEGURO. EQUIVALÊNCIA SALARIAL POR CATEGORIA PROFISSIONAL. DECLARAÇÃO DO SINDICATO DA CATEGORIA. DOCUMENTO HÁBIL. TAXA DE JUROS. LIMITAÇÃO. APLICAÇÃO DO DECRETO 63.182/68.

1. financiamento pelo Juízo a 2. determinando a inexistência. Cuida-se de ação revisional de contrato de pelo SFH julgada parcialmente procedente quo, do que recorrem ambas as partes.

2. Como não houve condenação da CAIXA repetição de indébito

relativo ao Fundhab, interesse da CAIXA em arguir preliminar de ilegitimidade passiva quanto à repetição dessa contribuição. Apelação não conhecida nesse ponto.

'A Caixa Econômica Federal, operadora dos SFH, é a entidade responsável pela cobrança dos prêmios do seguro habitacional, bem como seu repasse à seguradora, com quem mantém vínculo obrigacional. Assim, (...) a CEF, na qualidade de parte na relação contratual e mandatária do mutuário, detém legitimidade 'ad causam' para responder sobre todas as questões pertinentes ao contrato, inclusive as seguro. (...) Os mutuários, em regra, contrato com a companhia seguradora. Quem agente financeiro, para garantia do mútuo. agente financeiro quem deve responder perante o mutuário' (STJ, REsp 590215, Terceira Turma, rel. Min. Castro contratos do e atualização relativas ao não celebram o faz é o Assim, é o Filho, pub. DJE 03.02.09). Preliminar passiva não acolhida.

3. O contrato de financiamento anterior à Lei nº 8.692/93, pactuado quando o Decreto enumerava (art. 2º) taxativamente agente financeiro poderia cobrar, incluído o CES. Expurgo do CES que, devia estar pactuado.

4. 'Legalidade da adoção do Sistema Francês de Amortização nos contratos de mútuo para aquisição de imóvel pelo SFH' (STJ, REsp nº 675808/RN, Primeira Turma, Rel. Min. Luiz Fux, pub. DJ de 12/09/2005), já que "o Sistema Francês de Amortização, Tabela Price, não prevê, a priori, a incidência de juros sobre juros" (STJ, AGREsp 958057, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, pub. DJE de 11/09/2009).

5. Comprovada a existência de amortização negativa na planilha de evolução do contrato de financiamento, o que caracteriza a prática de anatocismo.

6. O anatocismo é ilegal no SFH, conforme orientação do STJ, em sede de recurso especial repetitivo (art. 543-C, do CPC), no Resp nº 1070297/PR, Segunda Sessão, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, pub. DJe de 18.09.09.

7. O anatocismo considerado ilegal pela legislação (art. 4º, do Decreto 22.626/33) e pela jurisprudência (orientação do STJ em recurso especial repetitivo: Resp nº 1070297/PR, Segunda Sessão, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, pub. DJe de 18.09.09) decorre da incidência de juros remuneratórios sobre os juros vencidos (amortização negativa). Dessarte, se ocorre a incidência da taxa de juros efetiva para fins de remuneração do capital, o que não está comprovado nos autos, tal não se configura em anatocismo proibido por lei.

8. A jurisprudência do STJ, 'ao interpretar o art. 23 da Lei 8.004/90, firmou entendimento no sentido de que não é possível compensar os valores eventualmente pagos a maior pelo mutuário com o saldo devedor do contrato, mas apenas com as parcelas vencidas ou vincendas' (REsp 906518, rel. Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, pub. DJE 04/06/2009).

Também se depreende dos arts. 964 e 1.010 do CC/16,

respectivamente correspondentes aos arts. 876 e 369 do de ilegitimidade firmado entre as partes é que instituiu o CES, e foi 63.182/68 era vigente e os dentre por força encargos que o eles, não de lei, não atual Código Civil, que não se pode obrigar o devedor a pagar dívida antes da data de seu vencimento (mediante compensação do indébito com o saldo devedor ou com prestações vincendas). Entretanto, o contrato em apreço foi firmado em maio/1988, com prazo de amortização de 240 meses. Ou seja, a dívida relativa a esse financiamento já está vencida desde maio/2008. Nesse caso, o indébito apurado em liquidação de sentença deve ser compensado com o saldo devedor do financiamento, uma vez que o contrato não tem cobertura do FCVS.

9. Depreende-se do contrato que a prestação e o seguro devem ser reajustados pela variação do salário da categoria profissional do devedor, que foi consignado no pacto como comerciante. Como os contracheques e as fichas financeiras incluem vantagens pessoais (não concedidas a todos os integrantes da categoria), não se prestam tais documentos para fins de reajuste da prestação. Já a declaração do sindicato é documento hábil para comprovar a variação do salário da categoria profissional. Dessarte, está correto o perito quando se embasa nesse documento para concluir que o agente financeiro não está reajustando as prestações conforme o pactuado.

10. Como não houve condenação determinando a mudança do sistema de amortização pactuado, não tem a CAIXA interesse em recorrer em relação a essa matéria. Dessarte, não se conhece da apelação nesse ponto.

11. O anatocismo considerado ilegal pela legislação (art. 4º, do Decreto 22.626/33) e pela jurisprudência (orientação do STJ em recurso especial repetitivo: Resp nº 1070297/PR, Segunda Sessão, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, pub. DJe de 18.09.09) decorre da incidência de juros remuneratórios sobre os juros vencidos (amortização negativa). A incidência da taxa de juros efetiva para fins de remuneração do capital não se configura em anatocismo proibido por lei.

12. O contrato de financiamento foi firmado entre as partes quando o Decreto 63.182/68 era vigente e limitava (art. 2º, b) em 10% a taxa de juros anual a ser cobrada pelo agente financeiro. Redução da taxa de juros efetiva ao limite determinado pela lei vigente à época em que o pacto foi firmado.

13. Em considerando os quatorze pedidos deduzidos na exordial, a. parte autora venceu e restou vencida em quantidade equivalente de pretensões. dessarter cabe manter a sucumbência recíproca \determinada pela sentença.

14. Apelação da CAIXA parcialmente conhecida e não provida na parte conhecida. Apelação dos mutuários parcialmente conhecida e parcialmente provida na parte conhecida (apenas-no-que 'tange ao expurgo do CES)."

Superior Tribunal de Justiça

Inconformada, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL manejou o presente recurso especial, com fulcro no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da CF/88, no qual alega, além da divergência jurisprudencial, a violação do art. 535 do CPC/73; dos arts. 20, 32 e 36 do Decreto-Lei n. 73/66 e do art. 14 da Lei n. 4.380/64.

Não foram apresentadas contrarrazões.

É o relatório. Decido.

O recurso especial é intempestivo.

Isso porque o v. acórdão de fls. 987/906 foi disponibilizado no dia 23/08/2012 (quinta-feira) e publicado em 24/08/2012 (sexta-feira), conforme certidão à fl. 907, de modo que o prazo final para interpor o recurso especial foi no dia 10/09/2012. A parte recorrente, contudo, manejou o apelo nobre apenas em 25/09/2012.

Com efeito, segundo orientação deste Sodalício, ainda que houvesse litisconsórcio na origem, desde a sentença apenas a Caixa Econômica Federal vem recorrendo, ao passo que a outra demandada (SASSE - Companhia Brasileira de Seguros Gerais - não recorre, permanecendo inerte. Assim, consoante orientação jurisprudencial deste Sodalício, na hipótese em que apenas um litisconsorte apresenta o recurso na origem, encerra-se o benefício do prazo em dobro do art. 191 do CPC/73.

Nessa linha de inteligência, confirmam-se:

"AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. COMPROVAÇÃO DO FERIADO LOCAL SOB A ÉGIDE DO NOVO CPC. PRAZO EM DOBRO. INOCORRÊNCIA. DESFAZIMENTO DO LITISCONSÓRCIO.

(...)

2. É consolidada a jurisprudência do STJ no sentido de que 'a benesse do prazo em dobro prevista no art. 191 do CPC/73 deixa de ser aplicável quando se desfaz o litisconsórcio na instância ordinária e apenas um dos litisconsortes recorre' (AgInt no AREsp 1262404/AM, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 26/06/2018, DJe 03/08/2018).

3. Agravo interno não provido, com aplicação de multa."

(AgInt no AREsp 1175997/MA, Rel. Ministro **LUIS FELIPE SALOMÃO**, QUARTA TURMA, julgado em 30/08/2018, DJe 04/09/2018, g.n.)

"AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DECLARATÓRIOS NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INTEMPESTIVIDADE. ART. 191 DO CPC. PRAZO EM DOBRO. NÃO INCIDÊNCIA.

(...)

Superior Tribunal de Justiça

2. O Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de que não se aplica a norma contida no art. 191 do CPC quando, desfeito o litisconsórcio na instância ordinária, somente um deles recorre da decisão.

3. Agravo regimental não provido."

(AgRg nos EDcl no AREsp 233.560/PB, Rel. Ministro **RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/05/2013, DJe 24/05/2013, g.n.)

Assim, forçoso reconhecer que o presente apelo não merece prosperar.

Ante o exposto, não conheço do recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator